

# O Património Cultural Imaterial na promoção do papel das mulheres agricultoras

Rosário ROSA<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Universidade Aberta, Lisboa, Portugal; Centro de Ecologia Funcional e Laboratório Associado TERRA, Coimbra, Portugal; CICS-NOVA/ONVG, Lisboa, Portugal, maria.rosa@uab.pt

## 1. Introdução

Tal como Simone de Beauvoir refere a propósito das mulheres, também o Património não nasce, mas torna-se. O Património é uma construção social, genderizada, resultante da relação de forças de poder existente nas estruturas sociais, que vai determinando o que é e o que o integra. Ao longo da história, o Património conheceu diferentes perspetivas, sentidos e significados, desempenhando um papel fundamental na construção das identidades das diferentes comunidades e na preservação da diversidade cultural.

O primeiro grande marco na valorização do Património mundial aconteceu em 1972, com a *‘Convenção para a proteção do Património mundial, cultural e natural’* da Unesco. É também na década de 70, com o fim do período ditatorial, que Portugal conheceu transformações importantes associadas ao Património, com a passagem de conceções e políticas que se centravam no Estado e no Património material para o alargamento a outros protagonistas e expressões patrimoniais, como as imateriais.

Cerca de dez anos depois, em 2003, com a *‘Convenção para a salvaguarda do Património cultural imaterial’*, assiste-se a uma mudança importante no paradigma relativo ao Património, menos centrado no Estado e nos governos, que, como refere Sousa (2018) distancia-se da narrativa tradicionalista e clássica. Este novo paradigma é marcado por uma perspetiva mais humanista e participativa e por algumas redefinições de conceitos. “Especialmente na Europa o conceito de “cultura imaterial” redefine conceitos como “folclore” ou “cultura popular”, principalmente em países onde, no século passado, a “etnografia nacionalista” e ditatorial deixou um forte legado e o conceito de “folclore” ainda está associado a Estados e regimes que usam a cultura popular como instrumento de aculturação, ligando a ideia de tradição ao movimento nacionalista, aos conceitos de “autenticidade”, de “típico” e de “pitoresco” (Costa, 2008, 2013; Khaznadar, 2013; Leal, 2009, 2013; Pereiro, 2006; Sousa, 2015 cit in Sousa, 2018, p 4).

O Património cultural imaterial (PCI) é, então, definido como “(...) as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões — bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados — que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconhecem como fazendo parte integrante do seu Património cultural” (Unesco, 2003, p.3).

Com esta definição, o PCI passa a ser definido pelo que as comunidades, grupos ou indivíduos entendem como tal (UNESCO, 2003). São as/os suas/seus detentores que escolhem e decidem sobre as tradições com que se identificam, que querem e como querem manter vivas:

São os atores locais portadores do Património cultural intangível que devem definir em que consistem as suas práticas. O futuro deste Património depende, pois, da dinâmica social, do desenvolvimento da prática de acordo com o que foi definido como pertencente (e não pertencente) a uma certa tradição. (Cabeça, 2018, p.8)

Se é consensual que este processo torna o Património mais democrático e participado, não o isenta das relações desiguais de poder existentes nas comunidades. Como refere Filomena Sousa:

(...) sendo a patrimonialização um mecanismo de legitimação da identidade, convém não simplificar ou definir um conceito de “comunidade” superficial e idealizado. É importante assumir que esse processo implicará, dentro das comunidades, tensões, afirmações de poder, dialéticas e negociações (Pereiro, 2006; Sousa, 2015 cit in Sousa, 2018, p.9).

Uma das expressões dessas desigualdades evidencia-se nas mulheres, que, à semelhança do que acontece em outras dimensões da vida, têm sido sub-representadas nas políticas do Património, como é reconhecido por vários autores: “Interpretações androcêntricas de Património têm sido observadas como dominantes na forma como o Património está identificado e selecionado em âmbitos nacionais e internacionais (Moghadam; Bagheritari, 2005; Labadi, 2023 cit in Unesco, 2021, p.36).

O Património tem sido, desde sempre, dominado por uma perspetiva masculina, que validou e engrandeceu a história dos homens, as suas práticas e o seu trabalho, secundarizando e invisibilizando a das mulheres. Assim, o Património é permeado pelo género na forma como é definido, compreendido e falado e, por sua vez, na forma como reproduz e legitima as identidades de género e os valores sociais que as sustentam (Smith, 2008 cit in Colella, 2018, p.251).

Só em 2014 é que a UNESCO divulgou um relatório com o título ‘*Gender equality, heritage and creativity*’<sup>2</sup>, em que destaca a dimensão de género, reconhecendo a importância do papel das mulheres enquanto guardiãs e transmissoras de saberes e alerta para as desigualdades que persistem em relação à visibilidade do seu Património, deixando claro que muito trabalho está por fazer neste domínio:

Por meio do Património (...) podemos entender, de forma clara, que o status da mulher na sociedade – politicamente, legalmente, socialmente, economicamente – foi fundamentalmente reduzido no mundo inteiro ao longo de grande parte da história humana. Há uma necessidade de determinar até onde todo o processo

---

<sup>2</sup> Publicado em português: Unesco (2021).Igualdade de Género, Património e Criatividade

de identificação, interpretação, conservação/salvaguarda e gestão do Património cultural é inclusivo e participativo. (Unesco, 2021, p.19).

A proposta deste capítulo parte, assim, de uma perspetiva genderizada do PCI marcada por persistentes desigualdades de género que se evidenciam também neste sector, para uma reflexão sobre as potencialidades do PCI enquanto instrumento de promoção da igualdade de género, na preservação das identidades e recuperação das memórias, no empoderamento e reconhecimento do papel das mulheres, tendo como referência o trabalho realizado com mulheres agricultoras no projeto *MAIs – Mulheres Agricultoras em Territórios do Interior*<sup>3</sup>.

## 2. PCI e desigualdades de género

Os valores, normas e regras relacionadas com o género diferem no tempo, e entre sociedades, comunidades e grupos. O género, embora não seja compreendido universalmente da mesma forma, tem sido um marcador de desigualdades sociais em todo o mundo. Podemos afirmar que em todas as culturas, o género determina, de forma diferenciada, poder, recursos e direitos para mulheres e homens. Por outro lado, também o Património não é estático nem neutro:

O Património, como outras áreas políticas, não existe em um vácuo, ele é moldado e reflete as estruturas de poder que regem os direitos e oportunidades dos géneros em determinada comunidade [pelo que aquilo] (...) que é valorizado e reconhecido como Património é significativamente impactado pelo género, e as dinâmicas desiguais de poder entre os géneros, na sociedade em geral, têm impacto direto sobre a definição de Património. (Unesco, 2021, p.36).

Todas as expressões do PCI transportam e transmitem normas, valores e saberes relacionados com os papéis e relações de género numa determinada comunidade. O PCI é inseparável da dimensão de género, uma vez que constitui um contexto privilegiado para moldar e transmitir papéis e identidades de género (Unesco, 2015; Colella, 2018). Deste modo, ter presentes as questões de género quando se trabalha com o PCI é fundamental tanto para o enriquecimento do Património como para a igualdade de género, (Unesco 2021).

Para entender os significados e consequências desta relação entre género e Património, é necessário compreender que este é uma construção cultural onde se conjugam escolhas, poderes e conflitos, e onde as próprias memórias não são isentas das relações de poder:

Reconhecer a inseparabilidade entre memória e poder, entre preservação e poder, implica a aceitação de que esse é um terreno de litígio e implica também a consciência de que o poder não é apenas repressor e castrador, é também semeador e promotor de memórias e esquecimentos, de preservação e destruições. (Chagas, 2005, p.3)

---

<sup>3</sup> - Para saber mais sobre o projeto: <http://events.ipv.pt/mais/>

Deste modo, a história das mulheres reflete-se na história do Património, em que se verifica uma primazia dada aos lugares, saberes e práticas dos homens, e ao esquecimento do 'mundo' das mulheres. Smith (2008 cit in Whittington, 2021) argumenta que a desigualdade de género no Património é simultaneamente uma causa e um efeito da desigualdade de género na sociedade em geral, refletindo as conexões intrínsecas entre os sistemas políticos e sociais e o domínio da cultura. Esta autora identifica duas formas significativas pelas quais esta desigualdade tem impacto no Património: a primeira observa-se na negligência dos registos do Património em preservar os locais e elementos de importância para a história e a experiência das mulheres; e a segunda na forma como as histórias são contadas nos museus e em outros lugares históricos, muitas vezes transmitindo e legitimando estereótipos de género dos homens e mulheres.

Perante estas evidentes desigualdades, a Unesco (2021, p.142) enfatiza a importância da igualdade de género na cultura para o desenvolvimento sustentável e reconhece as múltiplas desigualdades experienciadas pelas mulheres nesta área, nas dificuldades que estas enfrentam para serem vistas, ouvidas, reconhecidas e remuneradas.

Como força motriz e facilitadora do desenvolvimento sustentável, a cultura determina a maneira pela qual os indivíduos e as comunidades compreendem o mundo, e como imaginam e moldam o seu futuro. A construção de um futuro melhor (...) requer estratégias que assegurem que mulheres e homens tenham direitos iguais e oportunidades para participar plena e ativamente em todas as esferas da vida cultural.

A importância da igualdade de género para o desenvolvimento sustentável tem vindo a ser assinalada internacionalmente por diversas entidades e documentos orientadores das políticas públicas, de que é exemplo o facto de esta ser identificada na Agenda 30 (ONU, 2016) como um dos objetivos de desenvolvimento sustentável, reconhecendo-se o seu poder catalisador positivo para outros objetivos de desenvolvimento.

Para dar resposta às desigualdades de género no Património, a Unesco (2021) enfatiza a urgência em reforçar políticas, estratégias e campanhas nacionais e internacionais, e em incentivar o trabalho interdisciplinar nesta área, nomeadamente no que se refere a todas as etapas do PCI, o que é referido, logo no prefácio desta publicação, por Farida Shaheed:

A conquista de direitos culturais iguais exige que mulheres e meninas possam acessar, participar e contribuir para todos os aspectos da vida cultural, nas mesmas bases de homens e meninos. Isso inclui os direitos de classificar e interpretar igualmente o Patrimônio Cultural; decidir quais tradições culturais, valores ou práticas devem ser preservados; quais devem ser mantidos apesar de modificados, e quais podem desaparecer.

Fica, assim, evidente que trabalhar com o PCI implica equacionar as relações de género nele inscritas, assim como trabalhar na promoção da igualdade de género deve cuidar e integrar a diversidade de patrimónios das mulheres e dos homens, respeitando as suas identidades e possibilitando novas narrativas compatíveis com os tempos e com as percepções das/os suas/seus praticantes.

### **3. O PCI como instrumento de promoção do papel das mulheres agricultoras**

Como temos referido, as mulheres, e as mulheres agricultoras em particular, sofrem múltiplas desigualdades, em Portugal, e um pouco por todo o mundo (de recursos, mobilidade, direitos laborais, rendimentos, visibilidade, representatividade, etc), e elas são também fortemente afetadas pelas políticas patriarcais sobre o Património e a cultura. Isto apesar das mulheres desempenharem um papel fundamental nas suas famílias e comunidades, assim como na transmissão intergeracional do Património cultural. Seja através das histórias contadas, das canções de embalar e de trabalho, de práticas artesanais, gastronómicas e de cultivo, as mulheres agricultoras sempre desempenharam um papel vital na preservação e continuidade das práticas culturais nas comunidades rurais.

No entanto, muitas vezes essas práticas e saberes, foram invisibilizados ou menosprezados, por estarem associados ao espaço privado, historicamente menos valorizado do que o espaço público. O silenciamento das mulheres, muitas vezes resultado de normas culturais opressivas vigentes, reflete-se não apenas no seu tempo presente, mas também no que ficou esquecido no passado e que lhes condiciona o futuro. Como refere Simone Weil (1943, p.418):

A oposição entre futuro e passado é absurda. O futuro não nos traz nada, não nos dá nada: somos nós que, para construí-lo, temos de dar-lhes tudo, dar-lhes até a nossa vida. Mas para dar, é necessário possuir; e nós não possuímos outra vida, outro sangue, além dos tesouros herdados do passado e dirigidos, assimilados, recriados por nós. Entre todas as exigências da alma humana, nenhuma é mais vital do que a do passado.

Neste sentido, a promoção da identificação, salvaguarda e divulgação do Património imaterial das mulheres agricultoras, contribui para resgatar e reconstruir esse passado, muitas vezes esquecido e desvalorizado. Sendo o PCI entendido como o que as comunidades definem como tal, é necessário que estes processos não secundarizem as mulheres. Isto é crucial não só para o reconhecimento do protagonismo dessas mulheres na preservação das práticas e saberes tradicionais que querem manter, assim como no respeito por aquelas com que já não se identificam, e das quais se pretendem desvincular.

O reconhecimento e valorização das contribuições específicas das mulheres para o Património imaterial que estas consideram como tal, permite enaltecer as suas memórias e reforçar as suas identidades: “O passado permanece em contínua reconstrução pela memória coletiva” (Frochtengarten, 2005, p.367). A promoção de narrativas que destacam as contribuições das mulheres, fortalece o seu empoderamento, assim como desafia e desconstrói estereótipos prejudiciais existentes. O fortalecimento da identidade das mulheres, integradas nas suas comunidades, é um componente-chave para alcançar a igualdade de gênero.

A opção em trabalhar algumas expressões do PCI no projeto *MAIs – Mulheres Agricultoras em Territórios do Interior* resultou das conversas com as agricultoras e com os/as informantes privilegiados/as, e enquadrou-se num dos eixos de intervenção do projeto focado na promoção da participação e do papel das mulheres agricultoras no espaço público. Procedeu-se ao trabalho de recolha, registo e divulgação de algumas das práticas tradicionais (linho, e lã, em São Pedro do sul; bracejo, enchidos e usos da castanha, no Sabugal) que estas mulheres ainda hoje mantêm vivas nas suas aldeias.

Não sendo o projeto MAIs especificamente sobre PCI, mas sobre igualdade de género, o foco principal foi: i) por um lado, o processo de recolha, através das entrevistas, e conversas informais, individuais e em grupo com as mulheres agricultoras, em que foram consideradas as suas memórias, significados, vivências, receios e expectativas associadas a estas práticas e saberes, assim como as suas percepções sobre o papel das mulheres (no presente e no passado) na salvaguarda e transmissão destas manifestações de PCI; ii) e por outro lado, o processo de divulgação no espaço público, através de breves documentários em vídeo, e de uma exposição fotográfica sobre o PCI recolhido e as suas detentoras, que esteve aberta ao público em cada um dos concelhos onde decorreu o projeto.

Tendo por referência as dimensões de liberdade e de fraternidade que Patrice Béghain (2012) associa à sua conceção de Património, acrescentamos, neste projeto, a igualdade, como o desafio que as complementa. O Património é um instrumento de liberdade porque estando enraizado nas memórias do passado, se renova no presente e serve de alicerce para o futuro. Também é um instrumento de fraternidade pela sua pluralidade, porque envolve sempre um coletivo, uma identidade partilhada e uma transmissão intergeracional, no respeito pelos/as mais velhos/as e acolhimento dos/as mais novos/as. E deve ainda constituir-se como um instrumento de igualdade (neste caso, de género) ampliando e reconhecendo a diversidade de práticas culturais e de saberes das mulheres, recuperando memórias silenciadas ou oprimidas, e questionando estereótipos e narrativas que foram construídas e cristalizadas em função das forças desiguais de poder que desvalorizam as mulheres, assim como as práticas e saberes associadas aos espaços domésticos e às tarefas do cuidar.

Estas três dimensões estão presentes nas narrativas das mulheres que participaram no projeto MAIs, sobretudo nas mulheres de São Pedro do Sul ligadas ao Ciclo do Linho e ao Ciclo da Lã, que já trabalhavam em grupo, nas associações das suas aldeias, mantendo uma dinâmica coletiva em torno destas práticas. Os seus testemunhos evidenciam:

- A vontade de preservar as memórias e salvaguardar estes patrimónios, acreditando no seu contributo para a sustentabilidade das suas aldeias:

Os mais velhos foram morrendo, os jovens foram embora, e as coisas [trabalho com a lã] vão acabando. (Armandina, Covelinhas, São Pedro do Sul)

Como futuro do linho vejo-o um bocadinho escuro, embora o linho seja claro, vejo um futuro muito escuro porque não há [nos mais jovens] quem o faça (...) Agora é importante preservar o linho para a memória, os novos gostam de ver, gostam de lembrar. (Cidália Dias, Rompecilha, São Pedro do Sul)

- O reconhecimento da importância identitária deste Património para o coletivo das mulheres e das suas comunidades:

Que [o linho] foi importante para as pessoas da minha idade e antes, foi... agora é uma tradição como outra qualquer que se vai perder, e é uma pena. (Cidália Dias, Rompecilha, São Pedro do Sul)

Nós somos um bocado o que fomos em crianças, o nosso futuro tem que ter uma raiz no passado e no presente. Isso faz de nós aquilo que somos, por aquilo que fizemos quando éramos pequenas, e que vamos fazendo... faz de nós especiais, diferentes. (Cidália Dias, Rompecilha, São Pedro do Sul)

- E o desejo de partilharem e de serem reconhecidos no espaço público os saberes e as práticas que guardam do passado, e que receiam que se percam no futuro:

“[Por causa do ciclo do linho] vem gente cá ao pé de nós ver os nossos trabalhos. A maior coisa que a gente gostava era de ter o nosso museu, onde a gente pudesse pôr lá tudo, e depois ver se viesse mais gente para trabalhar, para que não se deixasse acabar.” (Cidalina Costa, Rompecilha, São Pedro do Sul)

Este trabalho desenvolvido no projeto MAIs, afirma o potencial do PCI como instrumento de promoção da igualdade de género nestas comunidades, desde que esteja garantido o interesse e vontade por parte dos elementos da comunidade, neste caso das mulheres agricultoras, bem como o seu envolvimento em todo o processo, numa lógica de co-construção. Só desta forma é possível aumentar a consciencialização (da comunidade e das próprias mulheres) sobre a importância do seu papel e do seu trabalho e ajudar a trazer para o espaço público o valor desse trabalho, dando-lhe uma maior visibilidade, tanto no que têm de tradicional, como nas eventuais práticas de inovação e adaptabilidade que se vão integrando nos processos de saber-fazer e que mantêm o Património vivo.

Não é, assim, difícil compreender a importância e o potencial do trabalho em torno do PCI nas comunidades rurais, sobretudo no interior de Portugal, marcadamente envelhecidas e despovoadas, mas detentoras de um vasto Património imaterial, em grande parte associado às mulheres, que se encontra em risco de desaparecer. Para tal, é necessário agir no presente, de forma crítica e plural:

Construir uma sociedade plural, democrática e igualitária não significa um mero agir no presente: implica também o dever de lançarmos o olhar para o passado e, presentificando nossa memória coletiva, sermos capazes de modificar pontos de vista acerca da cultura; de viabilizarmos as vozes e as práticas silenciadas por discursos de exclusão; e ainda, de valorizarmos as experiências desses mesmos grupos, relegados ou cerceados, alvos de censura ou reprimenda a

práticas culturais então consideradas inferiores. (Losandro Antônio Tedeschi, in UNESCO, 2021, p.8)

Para concluir, importa realçar que a igualdade de género não beneficia apenas as mulheres, mas toda a comunidade, ao promover uma maior coesão social e sentido de pertença, enriquecida em toda a sua diversidade cultural, assim como a sustentabilidade dos seus territórios:

Compreender o que cada lugar encerra de especial através do envolvimento das comunidades poderá contribuir para um desenvolvimento mais sustentável e trazer benefícios económicos para as comunidades e regiões. Ao ligar o Património cultural ao seu território e às suas comunidades, situando-se num espaço e num tempo, os bens culturais significativos, tangíveis e intangíveis, emergem para criar lugares distintos, fortalecer a identidade local e promover o uso de recursos locais (humanos, naturais, culturais, sociais). ( Cabeça, 2018, p.5)

## **Bibliografia**

Béghain, P. (2012). *Patrimoine, politique et société*. La Bibliothèque du citoyen. Presses de Sciences Po.

Cabeça, S. M. (2018). Mapeamento Cultural: uma Metodologia Sustentável para o Património Cultural Imaterial. *Revista MEMORIAMEDIA*, 3(5).

Carvalho, A. (2022). Intangible cultural heritage and public policies in Portugal: An overview. In Konvit, F. T. B., Conde, A. F., & Bombico, S. (Eds.) *Intangible Cultural Heritage and Digital Image: Portugal-Slovakia Readings* (pp. 46 – 63).

Chagas, M. (2005). Cultura, Património e Memória. *Revista Museu*. <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/artigos/18-de-maio/18-maio-2005/3099-cultura-patrimonio-e-memoria.html> [Consultado em 02/02/2024]

Colella, S. (2018). «Not a mere tangential outbreak»: gender, feminism and cultural heritage. *Il Capitale Culturale*, n.18, 251-275.

Frochtengarten, F. (2005). A memória oral no mundo contemporâneo. *Estudos avançados*, 18 (55).

ONU (2016). *Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. Organização das Nações Unidas.

Pereiro, X. (2006) Património cultural: o casamento entre património e cultura. *ADRA*, nº 2. Revista dos sócios do Museu do Povo Galego. 23-41

Sousa, F. (2018). *A Participação na Salvaguarda do Património Cultural Imaterial. O papel das Comunidades, Grupos e Individuos*. Memória Imaterial CRL.

Sousa, F. (2015). *Intangible cultural heritage. Memoriamedia e-Museum- methods, techniques and practices*. Lisboa. Memória Imaterial CRL. [https://www.memoriamedia.net/pci\\_docs/ICHMEMORIAMEDIA\\_METHODS\\_PRACTICES\\_web.pdf](https://www.memoriamedia.net/pci_docs/ICHMEMORIAMEDIA_METHODS_PRACTICES_web.pdf) [Consultado em 02/02/2024]

UNESCO (1972). *Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage*.

UNESCO (1989). *Recommendation on the Safeguarding of Traditional Culture and Folklore*. Twenty-fifth session, Paris, France. 17 October-16 November.

UNESCO (1999). *International Conference 'A Global Assessment of the 1989 Recommendation on the Safeguarding of Traditional Culture and Folklore: Local Empowerment and International Cooperation'*, Washington, U.S.A. 23-30 June.

UNESCO (2001). *Universal Declaration on Cultural Diversity*. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

UNESCO (2002). *Intangible Cultural Heritage, mirror of cultural diversity. Third Round Table of Ministers of Culture*. Istanbul, Turkey. 16-17 September.

UNESCO (2003). *Convention for the Safeguarding of Intangible Cultural Heritage*. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

UNESCO. (2021). *Igualdade de Género, Património e Criatividade*. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Weil, S. (1943). *O desenraizamento operário*. In Ecléa Bosi, *A condição operária e outros estudos sobre a opressão* (Antologia). Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Whittington, V. (2021). Gender and Human Rights Within UNESCO's International Heritage Discourse: An Analysis of the World Heritage and Intangible Heritage Conventions. *Heritage & Society*, 14:2-3, 242-266.